

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



1 of 3

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	46.994.595,93	40.633.454,09	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	51.870.002,36	48.113.141,03
<u>ORDINÁRIO</u>	<u>25.075.841,72</u>	<u>22.839.862,74</u>	<u>ORDINÁRIO</u>	<u>33.839.021,75</u>	<u>26.765.995,52</u>
<u>VINCULADO</u>	<u>21.918.754,21</u>	<u>17.793.591,35</u>	<u>ORDINÁRIO</u>	0,00	2.000.718,00
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMAS	72.210,07	0,00	<u>VINCULADO</u>	<u>18.030.980,61</u>	<u>21.347.145,51</u>
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FME	108.315,11	0,00	APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMAS	72.210,07	0,00
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMS	180.525,18	0,00	APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FME	108.315,11	0,00
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	920.876,85	1.149.458,09	APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMS	180.525,18	0,00
FDS	114,33	0,00	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	627.432,18	0,00
FUNDEB 40%	3.081.624,79	4.009.040,96	FUNDEB 40%	2.465.379,57	2.974.378,64
FUNDEB 60%	7.305.419,50	5.996.482,17	FUNDEB 60%	8.279.436,69	8.025.152,25
INVESTIMENTO	18.475,59	0,00	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	105.629,84	0,00
OUTROS RECURSOS DO SUS	1.301.473,79	0,00	RECURSO BPC NA ESCOLA	2.008,00	0,00
PAIF	7.492,50	4.183,95	RECURSO DE CONVÊNIO	573.972,47	0,00
PARTICIPAÇÃO DO ESTADO - TRANSPORTE ESCOLAR	19.717,28	42.397,64	RECURSO DO CAMINHO DA ESCOLA	548.100,00	0,00
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	117.273,85	75.463,92	RECURSO DO CREAS	9.848,78	0,00
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	305,04	0,00	RECURSO DO IGD BOLSA FAMÍLIA	12.118,22	0,00
PSE	13.996,76	0,00	RECURSO DO IGD SUAS	4.749,49	0,00
RECURSO BPC NA ESCOLA	1.849,56	1.415,00	RECURSO DO PNAE	662.516,94	237.742,30
RECURSO DE CONVÊNIO	216.121,55	0,00	RECURSO DO PNATE	30.017,11	0,00
RECURSO DO BRASIL CARINHOSO	0,00	11.065,61	RECURSO DO QSE	383.889,76	213.317,22
RECURSO DO CAMINHO DA ESCOLA	744.090,23	0,00	RECURSO DO SCFV	123.691,90	0,00
RECURSO DO CREAS	69.443,75	85.467,34	RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	24.002,77	0,00
RECURSO DO IGD BOLSA FAMÍLIA	115.604,01	125.072,00	RECURSOS DA SAÚDE BUCAL	9.504,00	182.519,00
RECURSO DO IGD SUAS	26.195,33	23.075,68	RECURSOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	261.646,47	63.688,79
RECURSO DO PNAE	433.563,60	296.620,00	RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.756,67	15.109,00
RECURSO DO PNATE	65.942,02	80.371,20	RECURSOS DO CRAS	11.056,50	0,00
RECURSO DO QSE	612.899,99	579.920,91	RECURSOS DO MAC - SAMU	274.691,65	756,14
RECURSO DO SCFV	130.444,14	262.338,47	RECURSOS DO MAC - TETO FINANCEIRO	926.735,21	1.062.283,26
RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	118.909,06	111.148,07	RECURSOS DO NASF	241.926,86	69.146,80
RECURSOS DA SAÚDE BUCAL	421.365,13	361.636,05	RECURSOS DO PAB	821.552,74	0,00
RECURSOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	195.355,24	204.311,84	RECURSOS DO PACS	839.632,56	774.462,04
RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	13.873,29	9.187,76	RECURSOS DO PAR	165.092,28	0,00
RECURSOS DO CRAS	100.800,00	151.200,00	RECURSOS DO PMAQ	3.800,00	250,00

Documento Assinado Digitalmente por: MOABE GLEIDSON FRANCISCO BARBOSA, ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA, MARIA DAS GRACAS DE A

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



2 of 3

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECURSOS DO MAC - SAMU	315.314,51	327.999,99	RECURSOS DO PSF	253.741,63	6.829.883,70
RECURSOS DO MAC - TETO FINANCEIRO	1.521.449,82	870.914,76	VINCULADO	0,00	898.456,29
RECURSOS DO NASF	263.714,09	200.536,90	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.119.012,62	7.886.427,44
RECURSOS DO PAB	982.543,75	580.524,00	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>	<u>7.119.012,62</u>	<u>7.886.427,44</u>
RECURSOS DO PACS	744.292,91	700.175,68	REPASSE CONCEDIDO	7.119.012,62	7.886.427,44
RECURSOS DO PAR	18.060,00	131.564,47	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	7.051.953,92	4.185.218,61
RECURSOS DO PMAQ	427.871,36	262.556,52	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>1.960.710,53</u>	<u>0,00</u>
RECURSOS DO PSF	1.231.230,23	1.139.462,37	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	264.552,78	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	7.119.012,62	7.904.785,27	RP PROCESSADOS PAGOS	1.696.157,75	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>7.119.012,62</u>	<u>7.904.785,27</u>	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>4.912.179,11</u>	<u>4.059.778,03</u>
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	18.337,05	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	2.556.370,34	2.204.019,53
REPASSE RECEBIDO	7.119.012,62	7.886.448,22	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	578.188,25	261.354,47
EXTRA-ORÇAMENTARIA	12.179.404,41	10.469.984,88	ISS	11.142,30	21,03
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>7.109.940,18</u>	<u>5.770.802,19</u>	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	18.353,48
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	640.598,94	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	1.821,40	50.060,38
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	7.109.940,18	5.130.203,25	PENSÃO ALIMENTÍCIA	54.812,29	50.214,84
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>4.952.797,02</u>	<u>4.658.934,75</u>	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.692.851,59	1.379.594,74
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	2.607.855,24	2.508.449,45	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	16.992,94	96.159,56
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	441.722,04	418.191,26	<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>179.064,28</u>	<u>125.440,56</u>
ISS	13.767,64	12.524,82	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA	127.110,33	123.745,70
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	31,21	PAGO		
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	1.821,40	0,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	51.953,95	1.694,80
PENSÃO ALIMENTÍCIA	54.562,29	50.214,84	MATERNIDADE PAGO		
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.763.969,60	1.540.115,98	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	1.882.063,00	1.630.018,94
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	69.098,81	129.407,19	<u>CAIXA</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>CRÉDITOS À RECEBER</u>	<u>116.667,21</u>	<u>40.247,94</u>	<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>1.847.049,56</u>	<u>1.496.725,31</u>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	105.039,46	40.247,94	<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</u>	<u>35.013,44</u>	<u>133.293,63</u>
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	11.627,75	0,00	TOTAL	67.923.031,90	61.814.806,02
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	1.630.018,94	2.806.581,78			
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>1.630.018,94</u>	<u>2.806.581,78</u>			
TOTAL	67.923.031,90	61.814.806,02			

Documento Assinado Digitalmente por: MOABE GLEIDSON FRANCISCO BARBOSA, ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA, MARIA DAS GRACAS DE A

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro(31/12/2018)



3 of 3

Exercício de 2018

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

Documento Assinado Digitalmente por: MOABE GLEIDSON FRANCISCO BARBOSA, ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA, MARIA DAS GRACAS DE A
Acesso em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0edb3497-6dde-436d-af7b-ed7063870367



Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 698/2017 de 13/12/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2018.

Lei 695/2017 de 22/09/2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;

Lei 699/2017 de 13/12/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Lagoa de Itaenga para o exercício de 2018;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

O Município não possui órgãos da Administração Indireta.

As secretarias municipais são:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria de Assuntos Jurídicos;
- Secretaria de Finanças;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria de Esporte, Juventude e Cultura;
- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Promoção Social e Direito Humano;
- Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação;
- Secretaria de Educação (FUNDEB);
- Secretaria de Administração, Governo e Desenvolvimento Econômico;

Os Fundos Especiais são:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;



Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/>

A contabilização do exercício de 2018 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utiliza de outro sistema. Consideram-se o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral Município, referente ao exercício financeiro de 2018 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Crítérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas e as despesas orçamentárias estão elencadas por sua fonte/destinação de recurso. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas são reconhecidas de acordo com o seu empenhamento, ou seja, antes mesmo do fato gerador da despesa ter ocorrido, conforme art. 60 da Lei Federal nº 4.320/64. De forma que, as despesas empenhadas e não pagas, reconhecidas como restos a pagar, são acrescidas do lado dos “Ingressos” como “Recebimentos Extraorçamentários”, conforme parágrafo único do art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64.

Crítérios de Reconhecimento e Classificação dos Recebimentos Extraorçamentários

As contas listadas como Recebimentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos. Nesse grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. A seguir, o departamento de contabilidade listou o significado dos principais grupos de contas apresentados como Recebimentos Extraorçamentários:



Restos a Pagar (Inscritos no Período)

Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2017 processados ou não processados a pagar; Receita Extraorçamentárias – Representam os ingressos de recursos que se constituem obrigações relativas a consignações em folha, fianças, cauções, etc.

Critérios de Reconhecimento e Classificação dos Pagamentos Extraorçamentários

As contas listadas no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. Nesse grupo são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

Restos a Pagar (Pagamentos no Período)

Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2017;

Despesas Extraorçamentárias

Representam o pagamento de todos os ingressos extras orçamentárias, como o pagamento de consignações em folha, devolução de fianças, cauções, etc.

BALANÇO FINANCEIRO

O processo de planejamento orçamentário, que pressupõe a ação planejada e transparente, execução orçamentária também deve se pautar de modo apropriada, ou seja, o ciclo orçamentário deve ser acompanhado durante a sua fase de execução para que ações de controle possam ser efetivadas à medida que os resultados dos programas governamentais se apresentarem aquém do inicialmente estabelecido, ou na hipótese de se desejar um aperfeiçoamento da ação.

Inicialmente, é conveniente esclarecer que a FONTE DE RECURSOS aqui referida não se confunde com a “fonte” definida no nível 4 da classificação econômica da receita, refere-se a um importante característica que distingue as receitas públicas em dois grandes grupos: **vinculadas e não-vinculadas**. Conforme o Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, por meio do orçamento público, as fontes/destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

Logo, o orçamento do município não foi planejado para executar por “Fonte de Recurso”, elaborado pelo o gestor anterior, havendo muitas distorções de previsões de receitas sem nenhum critério de aplicação e destinação, dificultando toda a execução orçamentária e a demanda da sociedade em busca dos seus benefícios.

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando



a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra-Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que transferem para o exercício seguinte, conforme demonstrado abaixo:

INGRESSOS		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	46.994.595,93	69,19%
ORDINÁRIO	25.075.841,72	36,92%
VINCULADO	21.918.754,21	32,27%
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMAS	72.210,07	0,11%
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FME	108.315,11	0,16%
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMS	180.525,18	0,27%
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	920.876,85	1,36%
FDS	114,33	0,00%
FUNDEB 40%	3.081.624,79	4,54%
FUNDEB 60%	7.305.419,50	10,76%
INVESTIMENTO	18.475,59	0,03%
OUTROS PROGRAMAS DO SUS	1.301.473,79	1,92%
PAIF	7.492,50	0,01%
PARTICIPAÇÃO DO ESTADO - TRANSPORTE ESCOLAR	19.717,28	0,03%
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	117.273,85	0,17%
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	305,04	0,00%
PSE	13.996,76	0,02%
RECURSO BPC NA ESCOLA	1.849,56	0,00%
RECURSOS CONVÊNIO	216.121,55	0,32%
RECURSOS DO BRASIL CARINHOSO	0,00	0,00%
RECURSOS DO CAMINHO DA ESCOLA	744.090,23	1,10%
RECURSO DO CREAS	69.443,75	0,10%
RECURSOS DO IGD BOLSA FAMÍLIA	115.604,01	0,17%
RECURSOS DO IGD SUAS	26.195,33	0,04%
RECURSOS DO PNAE	433.563,60	0,64%
RECURSOS DO PNATE	65.942,02	0,10%
RECURSOS DO QSE	612.899,99	0,90%
RECURSOS DO SCFV	130.444,14	0,19%
RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	118.909,06	0,18%
RECURSOS DA SAÚDE BUCAL	421.365,13	0,62%
RECURSOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	195.355,24	0,29%
RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	13.873,29	0,02%
RECURSOS DO CRAS	100.800,00	0,15%
RECURSOS DO MAC - SAMU	315.314,51	0,46%
RECURSOS DO MAC - TETO FINANCEIRO	1.521.449,82	2,24%
RECURSOS DO NASF	263.714,09	0,39%
RECURSOS DO PAB	982.543,75	1,45%
RECURSOS DO PACS	744.292,91	1,10%
RECURSOS DO PAR	18.060,00	0,03%
RECURSOS DO PMAQ	427.871,36	0,63%
RECURSOS DO PSF	1.231.230,23	1,81%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (RECEBIDA)	7.119.012,62	10,48%
RECEBIMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	12.179.404,41	17,93%
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.630.018,94	2,40%
TOTAL	67.923.031,90	100,00%



PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAGOA DE ITAENGA
AVANÇANDO NO RUMO CERTO



Documento Assinado Digitalmente por: MOABE GLEIDSON FRANCISCO BARBOSA, ALLEN WALDIR RAMOS FERREIRA, MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA
Acesse em: <https://eccc.ce.gov.br/epm/validaDoc.seam> Código do documento: 0ecdb3497-6dd6-436d-afth-ed7063870367

A receita orçamentária totalizou R\$ 46.994.595,93, equivalente a 69,19% do total, sendo a Receita Ordinária Líquida somou R\$ 25.075.841,72, ou seja, recursos arrecadados no exercício referente a recursos próprios.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

DISPENDIO		
DESCRIÇÃO	VALOR - R\$	AV
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	51.870.002,36	76,37%
ORDINÁRIO	33.839.021,75	49,82%
VINCULADO	18.030.980,61	26,55%
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMAS	72.210,07	0,11%
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FME	108.315,11	0,16%
APOIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS - AFM/FMS	180.525,18	0,27%
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	627.432,18	0,92%
FDS	0,00	0,00%
FUNDEB 40%	2.465.379,57	3,63%
FUNDEB 60%	8.279.436,69	12,19%
INVESTIMENTO	0,00	0,00%
OUTROS PROGRAMAS DO SUS	0,00	0,00%
PAIF	0,00	0,00%
PARTICIPAÇÃO DO ESTADO - TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00%
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	105.629,84	0,16%
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	0,00	0,00%
PSE	0,00	0,00%
RECURSO BPC NA ESCOLA	2.008,00	0,00%
RECURSOS CONVÊNIO	573.972,47	0,85%
RECURSOS DO BRASIL CARINHOSO	0,00	0,00%
RECURSOS DO CAMINHO DA ESCOLA	548.100,00	0,81%
RECURSO DO CREAS	9.848,74	0,01%
RECURSOS DO IGD BOLSA FAMÍLIA	12.118,22	0,02%
RECURSOS DO IGD SUAS	4.749,49	0,01%
RECURSOS DO PNAE	662.516,94	0,98%
RECURSOS DO PNATE	30.017,11	0,04%
RECURSOS DO QSE	383.889,76	0,57%
RECURSOS DO SCFV	123.691,90	0,18%
RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	24.002,77	0,04%
RECURSOS DA SAÚDE BUCAL	9.504,00	0,01%
RECURSOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	261.646,47	0,39%
RECURSOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.756,67	0,01%
RECURSOS DO CRAS	11.056,50	0,02%
RECURSOS DO MAC - SAMU	274.691,65	0,40%
RECURSOS DO MAC - TETO FINANCEIRO	926.735,21	1,36%
RECURSOS DO NASF	241.926,86	0,36%
RECURSOS DO PAB	821.552,74	1,21%
RECURSOS DO PACS	839.632,56	1,24%
RECURSOS DO PAR	165.092,28	0,24%
RECURSOS DO PMAQ	3.800,00	0,01%
RECURSOS DO PSF	253.741,63	0,37%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (CONCEDIDA)	7.119.012,62	10,48%
PAGAMENTOS (EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	7.051.953,92	10,38%
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.882.063,00	2,77%
TOTAL	67.923.031,90	100,00%

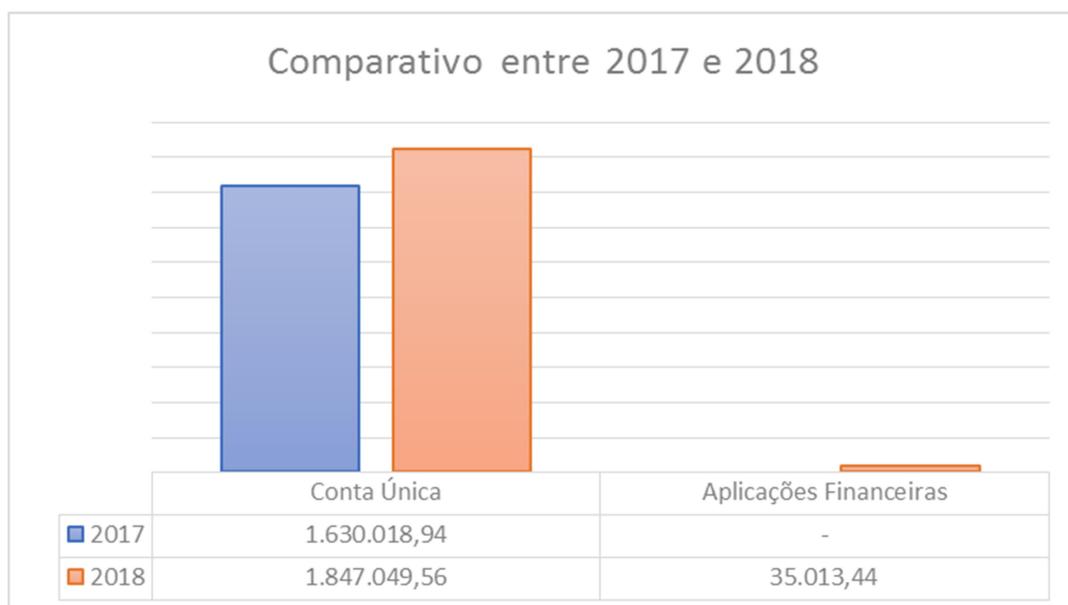


A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 51.870.002,36, equivalente a 76,37% do total, sendo a Despesa Ordinária somou R\$ 33.839.021,75, ou seja, despesas empenhadas no exercício referente a recursos próprios.

Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2018 (ou final de 2017) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar ao saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, ao término de 2018.

Dessa forma, podemos demonstrar resumidamente a composição e movimentação do saldo financeiro, conforme segue:





DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2018, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

MARIA DAS GRAÇAS DE ARRUDA SILVA
Prefeita Municipal

Moabe Gleidson Francisco Barbosa
Responsável pelo Controle Interno

Allen Waldir Ramos Ferreira
Contador CRC PE nº 023266/O-4